



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

ATA DE REUNIÃO

São Paulo, 07 de outubro de 2020.

Comissão de Segurança Hídrica

- Teve lugar no dia 07 de outubro de 2020, das 15h às 17h, por ferramenta virtual, a **34ª reunião ordinária da Comissão de Segurança Hídrica**.
- Participaram da Reunião: Marco Palermo, Breno Eitel, da SPurbanismo; Marcos Romano, Giulia Godinho, da Sehab; Irineu Gnecco, da SMG; Maurício Tonin, da PGM; Bruno Janini, Thor Saad, da SMDU; Carlos de Nicola, do IAS; Mauricio Ramos, Mauro Scarpinatti, da Aliança pela Água; Renato Zuccolo, Raphael Guerrero, do Instituto de Engenharia; Meunim Jr., Nivaldo Rodrigues, da Sabesp; Eduardo Serpa, Maria Inês Sato, da Cetesb; Cesar Pergoraro, SOS Mata Atlântica; Cristiane Cortez, representante do CBH-AT; José Carra, Consultor; Pedro Algodoal, Adriana Palheta, de SIURB; Marcelo Bispo, José Pimentel, Maria do Nascimento, da Arsesp; Dartan Gravina, da Splendor Solis; Sun Alex, da SVMA; Mônica Valdyrce, do Inst. Butantan; Sandra Kishi, PRR; A. E. Giansante, da Giansante Engenharia; Alberto Amorim, Gustavo Guimarães, de SGM; Alexandra Faccioli, do MP; Alexandre Anderáos, Elizabeth Juliatto, da ANA; Ana Marina M. de Lima, Colaboradora Conexão Água; Andrea Mariano, CRQ IV; Carolina de Léon, ABIQUIM; Giuliano Ajeje, da UBS; Newton Battastini, da Tecpon; Ricardo Assumpção, da Global Eco; Alejandro Dorado, da USP; Doron Grull, Convidado MP.
- Marco Palermo iniciou a reunião cumprimentando os participantes. Informou que a ata da reunião anterior está disponível e colocou à apreciação dos participantes, sendo aprovada por unanimidade.
- Palermo informou que a apresentação programada da ANA foi adiada por conta de uma contingência pessoal.
- Sandra Kishi se manifestou em relação ao papel do MP no setor. O MP está preocupado com adesão a princípios, em primeiro lugar, e normas e regulamentos. Os princípios constitucionais e do direito ambiental são fundamentais no debate. Nesse sentido, importa atentar que o papel do município como gestor do saneamento. Apontou também que a ANA precisa se adaptar para suas novas funções, e começar a trabalhar com análise de impacto regulatório, prevista em legislação federal, de 2009.
- Maurício Tonin e Marco Palermo versaram sobre a importância da segurança jurídica, em especial a segurança para contratantes e consumidores. Há preocupação no calendário de edição de muitas normas (72) pela ANA nos próximos anos, o que representa potencial dificuldade operacional. Há também



CIDADE DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

preocupação com o escopo de atuação da ANA em contraposição à ARSESP. Outro ponto de preocupação é a competência arbitral da ANA, trazida pelo novo marco.

- Palermo também ressaltou as dificuldades envolvidas na área da drenagem, uma vez que o novo marco não trouxe soluções financeiras para este item, e não há fontes tarifárias, somente do tesouro.
- Na sequência, Pedro Algodal apresentou um panorama do arranjo da drenagem na cidade. Esta é feita junto com o estado de SP. Entretanto, há um déficit de gestão na cidade em alguns pontos, como na atividade de informar indicadores ao SNIS. Apesar disso, há o desenvolvimento de atividades de ponta, como o piscinão do Pacaembu, e medidas sustentáveis. A prefeitura está fazendo também um mapeamento de áreas inundáveis, que deve gerar um zoneamento específico, que oriente a edificação resiliente em áreas críticas. Outra medida são os cadernos de bacia, que complementam o PDMAT do DAEE. Cada caderno traz medidas estruturais e não estruturais para controle de cheias no seu território de abrangência.
- Sandra Kishi trouxe à pauta a questão dos sistemas unitários, que segundo a nova legislação devem ser progressivamente eliminados. Entretanto, a experiência internacional mostra que há usos importantes para essa técnica. Afirmou também que é importante fazer um debate sobre os juros da dívida pública, no contexto da pandemia de Covid-19.
- Gustavo Rabello levou ao grupo uma reflexão sobre quais tipos de indicadores e dados serão necessários para acompanhar os serviços e a regulação por parte do Governo Federal. Ele afirma temer que pode ocorrer uma perda de autonomia e de dados se, por exemplo, a Região Metropolitana passar a ser monitorada de forma homogênea. Ele reforçou que a segurança jurídica precisa contemplar todas as partes, e não somente os órgãos reguladores e prestadores.
- Carlos de Nicola pediu que as pautas principais da comissão sejam retomadas, com um debate sobre o balanço da atuação da comissão e sobre os indicadores.
- Maurício Ramos concordou com o diagnóstico de que a drenagem é um pouco apagada nos debates urbanos, como por exemplo aqueles da CPMU. Ele propôs o lançamento de um programa permanente para recuperação e melhoria do solo urbano. Pediu também que sejam contempladas mais soluções baseadas em natureza.
- Adriana Palheta sugeriu que a segurança hídrica precisa estar representada em toda estrutura da Prefeitura. Atualmente, as bases de dados são cindidas, e isso prejudica a gestão estratégica do tema, especialmente na drenagem. As



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

ações de prevenção, por exemplo, dependem de uma articulação maior com as bases da SMSUB.

- Thor Ribeiro pontuou que não há solução suficiente para os problemas de segurança hídrica só por meio de infraestrutura hídrica. É importante conectar a agenda hídrica com a do planejamento urbano e moradia. Esses pontos são ainda mais importantes neste momento, uma vez que deve haver a revisão do PDE.
- César Pegoraro levantou a questão da vegetação da cidade. A diminuição da vegetação nativa ameaça a vocação de produção de água que tem a zona rural da cidade
- Em seguida, Maria Inês Zanoli fez uma apresentação sobre o andamento do GT de monitoramento.
- Encerrando, Marco Palermo marcou a reunião seguinte para 14/10/2020, das 15h-17h, e se comprometeu a lavrar a presente ata.